

Ideologia nacional e discurso geográfico sobre a natureza brasileira*

Rogata Soares Del Gaudio**

Resumo:

Esse texto analisa a contribuição da geografia e seu ensino para a construção da ideologia nacional, tendo por base, a organização discursiva em torno tanto de "sua natureza dadivosa e edênica", quanto de "sua natureza infernal". Discute que, para o Brasil, na quase ausência de mitos fundadores oriundos da história, é o discurso geográfico de sua extensão territorial, natureza exuberante e de seu povo "pacífico e ordeiro" que mais contribuição tem dado para a (re)construção de "nossa ideologia nacional".

Introdução

Para a consolidação do estado e da nação brasileira, algumas disciplinas escolares assumiram uma posição fundamental, como a história, o estudo da língua "nacional", de "canto orfeônico"¹ e da geografia. É nosso interesse, nesse artigo, discutir o caráter "estratégico" do ensino de geografia, pois uma de suas funções como disciplina escolar reportava-se à criação, fortalecimento ou mesmo construção da "ideologia nacional" (Almeida, 1996) ou do "nacionalismo patriótico" (Vlach, 1988).

Pessanha, Daniel e Menegazzo (2004), fizeram um levantamento das pesquisas realizadas no campo da história das disciplinas escolares, e apontaram a geografia como uma disciplina "estratégica" na escola básica, sobretudo a partir do Governo Vargas.

* Este texto baseia-se em minha tese de doutorado *Concepções de nação e estado nacional dos docentes de Geografia – Belo Horizonte no final do segundo milênio*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG, sob orientação da Profa. Dra. Rosalina Batista Braga.

** Professora de Geografia do Coltec/UFMG, doutora em Educação e pesquisadora do NEILS
1. A criação da disciplina canto orfeônico, considerada explicitamente uma disciplina estratégica, sob inspiração e regência de Villa-Lobos, teve como objetivo realizar com a música o que as tropas não haviam conseguido: unir multidões de brasileiros cantando a uma só voz, seguindo as instruções do maestro". (Feliz, 1998, *apud* Pessanha, Daniel e Menegazzo, 2004: 60)

De acordo com Rocha (1996: 247), a partir da década de 1930 “ligado ao ensino escolar, temos a obrigatoriedade do ensino de geografia em todas as séries de escolarização, paralelamente a uma exacerbação da função ideológica dessa disciplina (difundir a ideologia do nacionalismo patriótico).” Assim, a instituição dessa disciplina escolar acontece no âmbito de uma crescente necessidade de se construir a “identidade nacional”, calcada na extensão do território, na sua natureza, no caráter “pacífico e ordeiro” de seu povo.

Desse modo, a geografia foi chamada a dar sua contribuição à constituição imaginada da nação brasileira como disciplina escolar, sobretudo na medida em que é a Geografia (e aquilo que ela se propõe como objeto de estudo: a “terra e o homem”, ou, mais modernamente, a “sociedade e a natureza”) que acaba por fornecer a matriz para a construção de “nosso orgulho e identidade nacional” (a natureza, a extensão territorial, o povo).

Assim, quando ao Estado cabe a função de “fundar a nação”, o ensino de geografia é convocado a contribuir para esta construção, tanto do ponto de vista simbólico (as matas, o verde, o “futuro”, a grandeza, o povo, as riquezas), quanto a conferir-lhe um “desenho” que a destaque, a partir de então, no cenário das nações mundiais.

Mitos fundadores brasileiros: história e geografia

Um mito fundador, segundo Chauí (2000: 9), “é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”.

Para o Brasil, na “ausência de uma revolução nacional fundadora”, ou mesmo, de um “grande mito político nacional”, acreditamos que a construção da ideologia nacional assenta-se, sobretudo, no discurso sobre sua natureza veiculado, principalmente, mas não exclusivamente, pela geografia².

Segundo Carvalho (2003), a historiografia brasileira carece de mitos nacionais plenamente aceitos como tais por todos os brasileiros. Ele afirma que “foram feitas tentativas de se criarem tais figuras, mas sem sucesso”, o que é atestado, por exemplo, pelo fato de as rebeliões regionais após a abdicação de Pedro I,

2. Destaque-se que a repetição desse “mito” pode ser encontrada na história (em que o território é “palco” para os acontecimentos históricos, haja vista o destaque ao “rio Ipiranga”), na música (de épocas e compositores distintos inclusive, como por exemplo *País tropical*, *Aquarela do Brasil*, *O Guarani*, *Que país é este?*, *Meu país* entre outros), no cinema (*Caramuru*, *a invenção do Brasil*, *Carlota Joaquina* por exemplo) e na literatura (*Iracema*, *Os sertões*, *Viva o povo brasileiro* entre outros).

em 1831, terem gestado mitos regionais ou provinciais, não necessariamente um “herói nacional”. Nem a proclamação da república pode gerar esses mitos históricos - como, por exemplo, Napoleão Bonaparte para a França. Mesmo Getúlio Vargas que descobriu “um caminho para o coração do povo” foi “incapaz de unir todas as classes, como um herói nacional deve fazer.” (Carvalho, 2003: 410). Assim,

a única figura que se aproxima do status de herói nacional no Brasil é Tiradentes. [...] Tiradentes foi transformado num herói cívico pela incorporação da imagem de um mártir religioso. [...] Ele foi um herói-mártir que nunca havia derramado sangue algum, que foi uma vítima e não um praticante da violência. Certamente, essa foi a característica que o tornou aceitável como herói para todos os setores da população e para todas as correntes políticas. [...] O fascínio exercido como mártir cívico e religioso evitou que sua imagem fosse desmembrada e possibilitou a transformação de Tiradentes no único herói nacional aceito por todos. (Carvalho, 2003: 411-412)

Mas mesmo Tiradentes, como o “único herói nacional” não necessariamente deve essa identificação a sua atuação política e sim, a uma identificação de natureza religiosa. Logo e apesar de Tiradentes, a historiografia oficial brasileira parece carecer de mitos fundadores cujos papéis e atuação sejam essencialmente políticos e nacionais.

Carvalho (2003) comenta ainda as dificuldades em se criarem heróis nacionais políticos, pois estes, em geral, não despertam a confiança do “povo brasileiro”. Segundo o autor, tem mais chances de ser alçado à categoria de mito nacional aquele cuja vida é marcada por “tragédias” - assim o é com Tiradentes, Ayrton Senna, Tancredo Neves, Herbert de Souza (Betinho). Em contrapartida, heróis militares e políticos tendem a ser “rejeitados” posto que “figuras agressivas, conquistadoras ou mesmo jurídicas, comuns entre os heróis nacionais em todo lugar, inclusive nos Estados Unidos, não se qualificam como heróis no país”. (Carvalho, 2003: 413)

Desse modo, a crença no Brasil como “éden”, como “Paraíso aberto à todos” e cujos heróis são principalmente mártires, abalizará a construção de “nosso” nacionalismo patriótico. Talvez por isso, Carvalho (2003) tenha associado essa “ausência de nação” a certa incapacidade do Estado em “criar mitos”, em suma, em instituir a nação. Mas estes estão presentes e reafirmados continuamente: uma “terra em que se plantando tudo dá”, um “imenso território”, cuja “natureza além de exuberante é pródiga”, um “povo pacífico e ordeiro”, que fala a “mesma língua”, o “país do futuro” e que segue – até hoje, pelo menos – como a “maior nação católica do mundo”.

A geografia, a partir do estudo, mapeamento, caracterização, individuação do território brasileiro frente a outros estados nacionais, fornecerá a base efetiva da construção da ideologia nacional brasileira.

Não apenas pelo discurso da “grandeza territorial” a geografia auxilia a construir essa relação entre ideologia nacional e território.

O ponto mais evidente desta relação [entre nacionalismo e geografia] é a contribuição dos geógrafos para a definição geográfica e cultural de um território ou de uma paisagem regional determinada, de forma tal que os membros da comunidade nacional, possam sentir-se identificados com ele. A busca incessante de elementos físicos e humanos, com base nos quais se tem procurado definir o espaço regional, tem constituído boa parte do saber geográfico contemporâneo. Este apenas tem conseguido dissimular por trás de suas pretensões culturais e científicas, o objeto explicitamente nacionalista de encontrar e ressaltar as características geográficas particulares, que definem e conferem identidade ao território. De modo similar a outros aspectos da cultura humana, a leitura da paisagem regional, que pode ser feita de modo ideográfico ou nomotético, oferecerá ao geógrafo, elementos tanto sobre a diferenciação territorial, como sobre a uniformidade subjacente aos espaços regionais. (Nadal, 1990, Tradução nossa)³

Desse modo, à “relativa ausência” de um “mito fundador” assentado na história, apresenta-se o “mito fundador” assentado na natureza,⁴ na extensão territorial, nas benesses do clima e das águas, nas riquezas naturais (minerais) brasileiras, em suma, em sua geografia.

Portanto, a geografia, notadamente a escolar (em sua singularidade que inclui certa perenidade temática), contribui para a conformação do que Vlach (1988) e Chauí (1983) denominam de “nacionalismo patriótico.”

O nacionalismo patriótico, que varrerá a Europa a partir de Napoleão, dos fracassos de 1848 e da “via prussiana para o capitalismo” com Bismarck, encontra na idéia revolucionária da pátria e nas elaborações de Herder, no final do século XVIII, os elementos para produzir, por meio do Estado nacional, o sentimento nacional como consciência patriótica, o que permitirá, por seu turno, um duplo tratamento do

3. Nadal traça uma similitude entre movimentos regionalistas e nacionalistas. Para ele, os movimentos nacionalistas contemporâneos, muitas vezes, constituem uma radicalização de movimentos regionalistas anteriores, sendo que ambos têm em comum a defesa de interesses particulares e políticas e estratégias territoriais também comuns. No entanto, ele diferencia também os nacionalismos dos regionalismos na medida em que os primeiros pretendem não apenas independência política, mas consideram impossível manter-se como parte de outra (mais ampla) comunidade nacional, coisa que os regionalismos aceitam com maior tranqüilidade.

4. Natureza esta já completamente alterada. Assim, essa natureza é ela mesma algo idílico, que continua se remetendo, em alguma medida, ao mito edênico.

“popular”: como resíduo tradicional da nação (folclore) e como perigo contínuo para a pátria (as classes populares). (Chauí, 1983: 30)

Entrecruzamento entre povo, território e natureza, com nítida inspiração romântica (em busca do *volkgeist*, ou o “espírito do povo”), o nacionalismo patriótico, ao associar esses aspectos sob a égide da soberania nacional instituída sobre um território precisamente demarcado (e reconhecido por outros estados nacionais) contribuirá para a demarcação específica do cenário mundial em estados nacionais. Estes estados nacionais serão ao mesmo tempo – com base na ideologia nacional - diferentes e singulares para fora e homogêneos para dentro – a despeito de todas as suas diferenças. Tais características serão reforçadas pelo ensino de geografia na escola básica, ou, nas palavras de Vlach,

O ensino de geografia (limitamo-nos a ele), ao caracterizar-se pela ênfase dada à descrição do quadro natural da nação, devidamente mapeado e, cujos recursos (principalmente os minerais) eram enaltecidos, produzia uma imagem “instantânea” da pátria, entendida como **terra**, ainda que a presença dos homens (mas não das classes sociais) também fosse considerada. (1988: 66)

De certo modo, estas características, apesar de algumas mudanças efetivas a partir da “renovação da geografia”,⁵ permanecem como “essenciais” ao ensino de geografia na escola básica. Em outro texto, Vlach afirma que

a geografia [...] foi entendida [no processo de constituição das disciplinas escolares no Brasil] como ferramenta poderosa da educação do povo. De um lado, porque fazia do território brasileiro o elemento central de seu conteúdo, porque sua descrição valorizava sua dimensão, suas riquezas, sua beleza; de outro, porque a idéia de território por ela veiculada permitia a substituição do sujeito pelo objeto. Em outras palavras: a idéia de território dissimulou as ações concretas dos líderes (políticos, intelectuais, etc.) que conduziam, de “cima para baixo”, a construção da nação e do cidadão para consolidar o Estado brasileiro, dissimulando mesmo o fato de que o estado construía a nação brasileira. (2004: 195)

Acrescentemos: não apenas dissimulava. Fornecia – e ainda fornece - a base sobre a qual poderia ser possível – na quase ausência de “mitos fundadores” políticos oriundos da história “nacional” – construir a ideologia nacional, que

5. Por renovação da geografia entendemos, neste momento, principalmente sua aproximação com o materialismo histórico-dialético que, no Brasil, iniciou-se com a insatisfação de alguns professores da escola básica com os rumos do ensino desta disciplina entre o final da década de 1970 e o início de 1980. (Vesentini, 2004; Vlach, 2004)

reverbera em seus distintos períodos históricos como “desenvolvimentismo”, “integração nacional”, “Brasil grande”, “gigante pela própria natureza”, “impávido colosso”, etc. Desse modo, instituiu-se, ao mesmo tempo, a “identidade nacional” e o sentimento de pertença à “nação brasileira”, calcado na valorização do território – ele mesmo abstrato⁶ - de seus “recursos”, de suas “dimensões”.

No caso do Brasil, é a geografia, mais que a história, a responsável pelos grandes “mitos fundadores” da identidade nacional – a natureza pródiga, a extensão territorial, a crença na “democracia racial” e o mito edênico são fornecidos muito mais pelo discurso geográfico escolar que pelo oriundo do ensino de história⁷. Tal constatação, embora aparentemente “nova” (pelo menos no âmbito da discussão acerca do discurso geográfico) já foi apresentada por Carvalho (2003, 2005a, 2005b), Chauí (2000) e Oliveira (2000).

Na quase ausência de um mito fundador “nacional” político via história, a construção da “identidade nacional” (a partir da ação do Estado) será efetivada pelo recurso discursivo à “sua natureza”. Esta permite abstrair o “povo” (em uma sociedade marcada profundamente pela escravidão) e, ao mesmo tempo, criar um “imaginário comum” capaz de conferir uma “comunhão profunda entre os nacionais” (a despeito de suas efetivas desigualdades).

A nação brasileira e sua natureza edênica/infernal

Em grande parte, no Brasil, a constituição da ideologia nacional e do sentimento de pertencimento à nação brasileira associa-se aos mitos fundadores que têm na geografia, e em certo discurso preponderante sobre a natureza, o corolário e o receptáculo para tal construção.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2003: 404) “a história nacional parece ser algo estranho para muitos brasileiros, como se eles não tivessem nada a ver com ela. O orgulho pela natureza poderia ser interpretado como um indício da alienação dos brasileiros pela sua própria história”. Segundo o autor, essa associação entre “nacionalidade” e território tem sua raiz no mito edênico, que integra, por sua vez, natureza e extensão territorial à idéia de paraíso que, na tradição luso-brasileira, “tinha um caráter puramente natural”.

6. Consideramos aqui o território como abstração na medida em que por esta palavra, entende-se, de modo geral, apenas “a terra”, abstraindo-se, portanto, sua construção efetiva com base em relações de poder (seja simbólico, seja material). (Rafestin,1993)

7. E são discussões colocadas em pauta, sobretudo pela geopolítica, onde limites, acessos, barreiras, extensão territorial, população são elementos importantes para vencer uma guerra, por exemplo.

Um aspecto do mito edênico tem a ver com o tamanho do país. O Brasil é lindo e rico, mas também grande, enorme, um país continental. [...] O Barão W. L. von Eschwege [...] observou que os brasileiros costumavam falar utilizando hipérbolos: “tudo no Brasil deve ser grande, a natureza deve ser diferente, mais gigantesca e mais maravilhosa do que em outros países”. Nós sempre queremos ter “o maior do mundo”. O Rio Amazonas é o maior rio, a Floresta Amazônica é a maior floresta tropical, Iguazu é a maior e mais bonita catarata, o carnaval é o maior espetáculo da Terra, nosso time de futebol é o melhor do mundo, e assim por diante. (Carvalho, 2003: 406)

Em relação ao “mito edênico”, Carvalho (2003) destaca o fato de os primeiros europeus a desembarcarem na América se encantarem com a natureza, admirada por todos e, em contrapartida, apresentarem sentimentos não tão admirativos ou condescendentes para com os “habitantes da nova terra”. Para Carvalho (2003: 402), “a visão edênica da nova terra foi reiterada muitas e muitas vezes pelos portugueses, brasileiros e estrangeiros, até se tornar um importante ingrediente do ‘imaginário’ nacional.”

E este autor vai além, demonstrando como, ao longo do tempo, essa “sagração da natureza” irá se constituir no grande “mito fundador” da nação brasileira.

No século XVII, o padre jesuíta Simão de Vasconcelos escreveu que poderia ser feita uma comparação de partes da terra com “aquele paraíso terrestre onde Deus, nosso Senhor, como se em um jardim, colocou nosso pai Adão.” [...] Um século mais tarde, no que na época era a primeira história conhecida do Brasil escrita por um brasileiro, Rocha Pita produziu a versão mais detalhada do mito. [...] Na época da independência, em 1822, os brasileiros insistiram no argumento da enormidade, da beleza, da riqueza de sua terra para convencer os portugueses de que poderiam e mereciam ser independentes do antigo poder imperial. Lá pela metade do século, o romantismo literário reviveu mais uma vez o mito. [...] A letra do hino nacional [...] é ele próprio, uma óbvia celebração da natureza brasileira. [...] Em 1900 [...] Afonso Celso [...] publicou um livro intitulado “Por que me ufano de meu país”. Escrito para crianças na fase escolar, ele se tornou o exemplo-padrão desse tipo de patriotismo edênico e ingênuo. (Carvalho, 2003: 401 ss)

Desse modo, na quase insuficiência de mitos de origem baseados em sua história, na relativa ausência e atuação de “heróis nacionais”, a natureza pródiga será o grande mito unificador, a possibilidade de uma “comunhão profunda entre os nacionais” no Brasil.

A esse respeito, Oliveira (2000) destaca a importância da natureza para a construção dos mitos nacionais, seja no Brasil, seja nos EUA.⁸

Foi a compreensão da importância do espaço territorial como elemento constitutivo da construção da identidade nacional no Brasil que me levou a pensar num projeto comparativo entre o Brasil e os *Estados Unidos, países onde a questão territorial e o alargamento das fronteiras foram fundamentais*. [...] Minha hipótese de investigação era a de que, nesses dois países, a geografia teria fornecido o mais forte embasamento para a construção dos modelos de identidade nacional que tiveram maior êxito. (Oliveira, 2000: 11)

Posteriormente, Oliveira (2000) irá destacar o que ela considera como os grandes “mitos fundadores” da identidade nacional no Brasil:

[No século XIX] a construção da nação foi atribuída à existência e permanência do governo imperial. [...] Assim, o tamanho do país e a unidade lingüística e religiosa teriam sido conseguidos pela ação política do governo imperial que, além disso, representava a continuidade do sistema político europeu nos trópicos. Essa construção simbólica, plenamente disseminada entre a elite brasileira, teve no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) sua principal agência de elaboração e representava, de certo modo, o “excepcionalismo” brasileiro. Éramos o único governo monárquico no meio das “republichetas” da América Latina. [...] No início do século XX, assistiu-se à emergência de outro grande mito nacional – o da democracia racial ou da “fábula das três raças”, na conceituação de Roberto DaMatta. Esta foi e é a grande ideologia nacional que junta nação e povo. (Oliveira, 2000: 35-36)

Portanto, acreditamos que o discurso geográfico escolar contribui, ainda que de modo sutil na atualidade, para a construção e reiteração desses “mitos fundadores” assentados no território, na “população” e na natureza brasileira.

Sobre essa presença da natureza como mito fundador da identidade nacional, Oliveira (2000) destaca a percepção luso-brasileira sobre a terra, que fala da “*natureza como dadivosa e edênica*”.

Feita para deleite, desfrute e exploração desde a Carta de Caminha, essa natureza “boa para viver, boa para devastar” supõe ser natural colher os frutos da terra, o que justifica o extrativismo imediatista e predatório. [...] A visão do paraíso e a noção do descobrimento produz uma naturalização da história. O Brasil não foi fundado, mas descoberto. [...] A aventura da exploração, através do extrativismo predatório, “se fará

8. Ainda que, para esta autora, os mitos de origem associados à natureza e à fronteira no Brasil e nos EUA tenham conhecido outras possibilidades e (re)construções ao longo da história nesses dois “países”.

através do controle e do patrocínio do Estado, mas com base em coletividades masculinas movidas pelo desejo de enriquecimento rápido e pelo desejo de subir na escala social em sua própria terra.” [...] Este desenho da natureza marca a história econômica do Brasil, baseada em ciclos, onde se destacam produtos e regiões logo a seguir, esgotadas e decadentes. (Oliveira, 2000: 40-41)

Nesse trecho, evidenciam-se a existência e atuação do Estado em nossa construção territorial (e nacional); o processo de ocupação territorial, e certa “perenidade” dos mitos e seleção daquilo que deve ser considerado marcante no processo de construção da nação brasileira. Isso cria um ciclo que explica a pobreza – das regiões e, apenas de forma abstrata, das populações. Porém, não se discute e não se abordam os mecanismos de resistência, outros modelos e possibilidades de construção e ocupação territorial ou mesmo, os diversos conflitos associados a tal constituição. Lembramo-nos de uma expressão muito conhecida de E. Renan: para se construir a nação, há que se lembrar muitas coisas, mas, sobretudo, há que se esquecer muitas coisas. E isso parece valer também para a construção do discurso geográfico escolar, em sua reiteração (e re-invenção) da nação brasileira - ou, pelo menos, de alguns de seus mitos fundadores, assentados em seu território e, sobretudo, em sua natureza.

Destacamos que, em relação à discussão sobre a natureza brasileira há, pelo menos, duas percepções dominantes. Uma que afirma ser a natureza brasileira “edênica”, e o Brasil, “um paraíso terreal”. Outra, associada muitas vezes à construção discursiva das primeiras missões jesuítas sobre o Brasil, afirma ser este um “lugar abandonado por Deus”, um lugar “infernai”. Se ambas se confrontam na constituição do imaginário e na literatura, por que perdura mais a primeira percepção que a segunda? Porque acreditamos, ela auxilia a construir uma imagem nacional “positiva”, na ausência de um passado histórico mítico e permeada por “heróis nacionais” e na relativa ausência de “povo”, já que a sociedade encontrava-se cindida entre senhores e escravos. Acreditamos ainda que, mesmo a segunda percepção (natureza “infernai”) auxilia a construir nossa identidade, na medida em que se torna – a natureza, e não a sociedade – a grande “vilã” e causa de nossas mazelas econômicas e sociais. Desistoriciza-se e naturaliza-se, com a percepção da “natureza infernai”, processos econômicos, políticos e sociais, enquanto o “paraíso terreal” fornece uma imagem “positiva” e “esperançosa” para o porvir desta sociedade.

O “tom idílico” conferido à natureza, o destaque de sua beleza e potencial vão, de modo sutil, construindo as futuras imagens que darão embasamento ao nacionalismo patriótico veiculado pela geografia escolar, sobretudo a partir de 1930. Ou seja, ainda que não se possa falar que havia uma geografia escolar brasileira no período imperial ou mesmo no início da República, a Geografia – das riquezas

e belezas brasileiras, dos montes e vales, dos rios e mares, do povo pacífico, ordeiro, sem preconceitos, mestiço – e seu destaque na literatura, por exemplo, fornecerão a matéria-prima para a construção posterior dos estudos de geografia brasileira. Estes em geral, até hoje, apesar das mudanças, assentam-se em discussões acerca do estudo dos limites e extensão do Brasil, passam por suas características físicas – suas belezas? – desembocam no seu povo/população e deságuam na riqueza econômica e na crença no “país do futuro”.

O “enaltecimento da natureza, da extensão territorial, do caráter ordeiro e pacífico do povo brasileiro” começou a ser forjado na literatura – com o romantismo, por exemplo, que retirava da geografia os elementos capazes de conferir “unidade” ao Brasil, e passou para os livros de leituras dedicados ao ensino primário⁹. Em seguida, simultaneamente, num movimento de “inversão”, estes temas foram incorporados à geografia como disciplina escolar – e de certo modo, se apresentam até hoje na formalização dos programas que têm por objetivo, “estudar a geografia brasileira”.

Em suma, estamos afirmando que o enaltecimento da “natureza brasileira” desde o período colonial forneceu as bases de construção para o “nacionalismo patriótico”. Tal enaltecimento foi incorporado à geografia escolar, principalmente a partir da década de 1930, e, associados aos livros de leituras para crianças ainda na Primeira República contribuíram decisivamente para a construção da ideologia nacional.

Ora, se em França a geografia era chamada à auxiliar na construção de uma identidade francesa (sobretudo entre “povo e território”, apesar e devido às suas diversidades), estas concepções não teriam influenciado o próprio entendimento do que deveria ser – e quais as funções a desempenhar – a geografia escolar no Brasil, por sua vez, influenciada por Delgado de Carvalho¹⁰?

9. Dentre os quais merece destaque o livro *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manoel Bomfim, publicado pela primeira vez em 1910. Na introdução da re-edição deste livro pela Companhia das Letras, em 2000, a organizadora, Marisa Lajolo afirma: “obra despretensiosa, editada sem luxo pela Livraria Francisco Alves, era um livro barato e, sobretudo, de leitura fácil e envolvente. Sua circulação tinha endereço certo: a escola.” O livro narra as viagens de dois irmãos, Carlos e Alfredo que, em busca do pai, percorrem o Brasil de Norte a Sul. Na ausência de Atlas sobre o Brasil, que outra leitura poderia ser mais indicada para dar a conhecer “nosso território”, ainda que nas aulas de “leitura”? Há que se destacar também o fato de os autores instigarem os professores da época, a trabalharem as demais disciplinas escolares (matemática, álgebra, geografia) a partir desse livro.

10. Delgado de Carvalho, lente de Geografia no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, formou-se nas academias francesas, sendo por elas influenciado. A importância desse pensador para a consolidação da Geografia no Brasil é imensa, considerando-se, por exemplo, que o programa adotado pelo Colégio Pedro II servia de referência às demais escolas do Brasil.

De acordo com Rocha, a partir das décadas de 1930/40,

exacerbou-se na geografia escolar um caráter de difusão da ideologia do nacionalismo patriótico, motivo que levou essa disciplina a receber, enquanto componente curricular, o maior prestígio oficial a ela atribuído em toda sua trajetória. (Rocha, 1996: 246)

A geografia escolar, ao trabalhar diretamente com a construção de uma espécie de “retrato do Brasil”¹¹ – em que se destacam sua extensão, suas riquezas minerais e naturais, suas belezas tropicais, seu povo “pacífico e ordeiro” – muito tem contribuído para a manutenção dessa ideologia.

Postulamos que para a construção da “nossa” ideologia nacional, a geografia, seu ensino, sua pesquisa, seu reconhecimento foram mais importantes que a história,¹² na medida em que, nas palavras de Chauí,

Na escola, todos nós aprendemos o significado da bandeira brasileira: o retângulo verde simboliza nossas matas e riquezas florestais, o losango amarelo simboliza nosso ouro e nossas riquezas minerais, o círculo azul estrelado simboliza nosso céu, onde brilha o Cruzeiro do Sul, indicando que nascemos abençoados por Deus, e a faixa branca simboliza o que somos: um povo ordeiro em progresso. Sabemos por isso que o Brasil é “um gigante pela própria natureza”, que nosso céu tem mais estrelas, nossos bosques têm mais flores e nossos mares são mais verdes. Aprendemos que por nossa terra passa o maior rio do mundo e existe a maior floresta tropical do planeta, que somos um país continental cortado pela linha do Equador e pelo Trópico de Capricórnio, o que nos faz um país de contrastes regionais cuja riqueza natural e cultural é inigualável. Aprendemos que somos um “dom de Deus e da natureza” porque nossa terra desconhece catástrofes naturais (ciclones, furacões, desertos, nevascas, terremotos) e que “aqui, em se plantando tudo dá”. (2000: 5)

Em que conteúdo escolar aprendemos a definir, diferenciar e especificar o Brasil da forma descrita por Chauí, senão nas aulas de geografia? Onde estão nossos mitos fundadores via história? Eles próprios parecem apoiar-se na exuberância de “nossa” geografia.

Em síntese: os elementos de justaposição, contradição, superposição das ideologias presentes na configuração da ideologia nacional, tendo, principalmente, mas não exclusivamente, a geografia e seu ensino como corolário e permanência.

11. Até porque um dos princípios da geografia seria aquele da “síntese”, que parece manter-se na geografia escolar.

12. Para outros estados nacionais, como a França, por exemplo, parece-nos que o ensino de história exerceu um papel mais central.

Em relação ao Brasil, esse processo pode ser constatado em diversos momentos, como por exemplo, na construção mítica de nossa “natureza”, cantada em prosa e verso; na ideologia do “desenvolvimentismo”; naquela do “Brasil Grande” e da “integração nacional” da ditadura militar. Em suma, no que Chauí denomina de “verdeamarelismo”¹³ apesar de, segundo Therborn (1991), as ideologias não serem exclusivamente de classe, e mais, modificarem-se no processo mesmo de sua (re)produção e, neste processo, transformarem as subjetividades dos sujeitos a elas submetidos/qualificados.

O próprio “verdeamarelismo” que, segundo Chauí (2000), é um “mito fundador”, na medida em que “não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se e, quanto mais parece outra coisa, mais é a repetição do mesmo”, mantém sua “essência” e altera sua “aparência” (como “desenvolvimentismo”, “Brasil grande”, “integração nacional”). Daí a importância da concepção de Therborn (1991) das ideologias como “processos sociais” e não como “idéias possuídas”.

De acordo com Almeida (1995: 57), “muitas formações sociais capitalistas apresentam uma tendência específica a produzirem nacionalismos que enfatizam aspectos étnicos na representação da ideologia nacional”.

No caso do Brasil, à falta desse componente – pelo menos nos anos iniciais do “princípio da nacionalidade” – constrói-se o mito da democracia racial e da miscigenação. E mais, a matriz espaço-territorial torna-se o grande “mito fundador” da nação brasileira, razão e singularidade apoiados na extensão e manutenção de seu imenso território, que não “cessam de encontrar outros meios para exprimir-se”.

Assim, o potencial homogeneizador da ideologia nacional consubstancializa-se na sua “relativa autonomia, na absolutização do igualitarismo, na fetichização da comunidade nacional” (Almeida, 1995: 64-65)

Pode-se afirmar que a ideologia nacional é uma dimensão estrutural básica para uma “interpelação” que nos é feita cotidianamente: aquela que nos constitui como cidadãos, ou seja, como membros de uma coletividade cuja soberania se expressa no Estado nacional. Porém, como cada classe, fração de classe ou categoria social vivencia a ideologia nacional de um modo peculiar, a tese de que esta ideologia é estruturalmente burguesa e que tem sido fundamental para a legitimação do Estado capitalista não deve [...] ser um ponto de chegada para

13. O verdeamarelismo “foi elaborado no curso dos anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do “país essencialmente agrário” e sua construção coincide com o período em que o “princípio da nacionalidade” era definido pela extensão do território e pela densidade demográfica.” (Chauí, 2000: 32)

a análise concreta de nacionalismos.¹⁴ Apenas por intermédio do estudo das variantes da ideologia nacional é que se pode apreender os processos específicos pelos quais esta ideologia contribui para a legitimação do Estado burguês (ou mesmo para a crise de legitimação da forma deste Estado). (Almeida, 1995: 153-154)

Considerações finais

Indagamos-nos por que essa questão parece ser tão pouco discutida no âmbito da geografia. Talvez porque, em primeiro lugar, ela não seja vislumbrada com tanta clareza. Em nossa tese de doutorado, constatamos que, para a maioria dos docentes que entrevistamos a discussão da problemática associada às nações é considerada uma atribuição afeita aos professores de história¹⁵ - algo aparentemente consensual na escola básica, não necessariamente constituindo uma “questão” para os professores que entrevistamos quando da realização daquela pesquisa. Por fim, parece-nos que a própria discussão da geografia acadêmica ignora essa problemática (pelo menos em Belo Horizonte), contribuindo para a permanência de certo “vazio” em relação à pergunta “para que serve a geografia” (seu ensino e seu discurso).

Desse modo, praticamente desde a Carta de Pero Vaz de Caminha de acordo com Chauí, constrói-se o mito do paraíso tropical,¹⁶ com matas exuberantes, águas cristalinas e em grande quantidade, tanto que, “*nesta terra, em se plantando, tudo dá*”. Certo poema de Olavo Bilac, decantando a “nação brasileira”, não deixa de ser uma retomada deste mito edênico, posto que a *pátria brasilis* caracteriza-se por seus céus, matas, rios, florestas, “sempre em festa”, “seio de mãe a transbordar carinhos”, e que não nega a quem trabalha, “o pão que mata a fome, o teto que agasalha”.

Os homens concretos, a vida presente, as contradições sociais, a própria sociedade inexistem neste mito edênico, pois, a natureza, *sempre em festa*, fornece

14. “O nacionalismo, por sua vez, remete-nos a um processo que, do ponto de vista da estrutura da ideologia nacional, é mais específico, pois se trata de um determinado tipo de apropriação desta ideologia.” (Almeida, 1995: 50)

15. E isso, para nós, associa-se a outra característica da constituição das disciplinas escolares e acadêmicas: a geografia foi “concebida” (pelo menos nos modelos francês e alemão que nos servem de exemplo) como “auxiliar da história”. De certo modo, até hoje a história parece ter mais “poder simbólico” que a geografia na escola básica.

16. De acordo com Chauí (2000: 61), “o que é o Paraíso Terrestre? Antes de tudo, o jardim perfeito: vegetação luxuriante e bela (flores e frutos perenes), feras dóceis e amigas (em profusão inigualável), temperatura sempre amena (“nem muito frio, nem muito quente”, repete toda a literatura), primavera eterna contra o “outono do mundo”.

qual seio de mãe, tudo que os homens necessitam. Retomamos assim, o mito do paraíso perdido e reencontrado em 1500, a reproduzir-se na literatura e nas aulas de geografia - uma vez que, ao se “descrever o Brasil”, considera-se em especial a “ausência de terremotos, maremotos, grandes desertos, chuvas inclementes, grandes períodos de frios”, “sua dimensão territorial”, o “caráter pacífico e ordeiro de seu povo” em suma, as dádivas da natureza brasileira¹⁷. E, por que não? Certa crença no fato de o Brasil ser “o país do futuro”.

Bibliografia

- ALMEIDA, L.F. (1993). “Espaço e capitalismo: algumas reflexões sobre a territorialidade burguesa”. *Revista Margem*, n. 2.
- _____. (1995). *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ.
- _____. (1996). “O Estado em questão: reordenamento do poder”. In: GADELHA, R.M.A. (org.). *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo: Educ.
- ANDERSON, B. (1989). *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BILAC, O. e BOMFIM, M. (2000). *Através do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARVALHO, J. M. (2005a). *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2005b). *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG.

17. Fazendo parte do anedotário “nacional”, há aquela famosa piada, em que Deus é questionado: por que deu ao Brasil tantas benesses... E Deus responde: “*mas aquele povinho*”... Essa “piada” sobre a questão da natureza x “povo” é retomada em Oliveira (2000), ao discutir um texto de Roberto DaMatta: “DaMatta faz uso de uma conhecida anedota brasileira para desenvolver sua interpretação [acerca das representações da natureza brasileira] ‘dizem que quando Deus criou o mundo e fez o Brasil, ouviu uma série de reclamações. Habitantes de outros países disseram que Ele tinha sido injusto, criando uma terra rica, dotada de extraordinária beleza. Um país banhado pelo sol de eterno verão, que, ademais, não tinha terremotos, tufões, tempestades de neve e furacões, desertos e animais selvagens. - Isto não é justo, disseram em coro para Deus, que com divina indiferença, calou a inveja dos reclamantes, replicando – É! Mas esperem o tipo de gente (povo, povinho ou gentinha) que Eu vou colocar lá’... Essa anedota permite falar de um princípio geral segundo o qual, quanto mais pródiga a natureza, pior o povo. Supõe uma relação inversa entre a natureza e a vida social e traz uma associação entre uma natureza inóspita, que apresenta obstáculos, e sua superação pelo caráter (esforço e trabalho) do povo.” (2000, p.40). Ou o inverso: justamente por termos uma “natureza dadivosa”, nosso povo é “preguiçoso, bonachão, relaxado”. Qualquer relação com o determinismo geográfico seria ainda “mera coincidência”?

- _____. (2003). “Nação Imaginária: memória, mitos e heróis”. In: NOVAES, A. (org). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CHAUÍ, M. (1983). *Seminários: o nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- DEL GAUDIO, R. S. (2006). *Concepções de nação e estado nacional dos docentes de Geografia : Belo Horizonte no final do segundo milênio*. Belo Horizonte: UFMG. (Tese de Doutorado em Educação).
- _____. (2006a). “O mapa do discurso e o discurso do mapa: algumas questões”. *Revista Espaço Acadêmico*, n.56, jan. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>
- FICHTE, J.G. (1994). “Segundo discurso à nação alemã”. In: VICENTI, L. (org) *Educação e liberdade – Kant e Fichte*. São Paulo: Unesp.
- GUIBERNAU, M. (1997). *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HOBBSAWM, E. (1991). *Nações e nacionalismos desde 1780 : programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- LACOSTE, Y. (1997). *A geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. 14.ed. Campinas: Papirus.
- _____. (1997). *Vive la nation : destin d’une idée géopolitique*. Paris: Fayard.
- LONGHI, R.S.D.G. (1997). *Unidade e fragmentação: o movimento separatista do Triângulo Mineiro*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. (Mestrado em Ciências Sociais).
- LÖWY, M. (2002). *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 15a. ed. São Paulo: Cortez.
- MARX, K. e ENGELS, F. (1986). *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec.
- MCLELLAN, D. (1987). *A ideologia*. Lisboa: Editorial Estampa.
- NADAL, F. (1990). “Los nacionalismos y la geografía”. *Geo Crítica: cuadernos críticos de geografía humana*, ano 7, n. 86, mar. Disponível em: <http://www.ub.es/geovrit/geo84.htm>. Acesso em 12/04/2005.

- OLIVEIRA, L. L. (2000). *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG.
- PÊCHEUX, M. (1996). “O mecanismo do (des)conhecimento ideológico”. In: ZIZEK, S. (org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- PESANHA, E.C., DANIEL, M.E.B. e MENEGAZZO, M.A. (2004) “Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa”. *Revista Brasileira de Educação*, n. 27, set./out./nov./dez.
- Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe27/anped-n27-art04.pdf>. Acesso em 19/06/2005.
- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- ROCHA, G.O.R. (1996). *A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837 – 1942)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. (Mestrado em Educação).
- SANTOS, M. (1999). *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. 3.ed. São Paulo: Hucitec.
- SCHWARCZ, L.M. (2003) “Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado”. In: NOVAES, A. (org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- THERBORN, G. (1987). *La ideología del poder y el poder de la ideología*. 3.ed. México: Siglo Veintuno.
- THIESSE, A.M. (1995) “La petit patrie enclose dans la grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870 – 1940)”. *Revista Estudos Históricos*, v. 8, n. 15.
- VESENTINI, J.W. (2004) “Realidades e perspectivas do ensino da Geografia no Brasil”. In: VESENTINI, J.W. (org). *O ensino de geografia no século XXI*. Campinas: Papirus.
- VICENTI, L. (1994). *Educação e liberdade – Kant e Fichte*. São Paulo: Unesp.
- VLACH, V.R.F. (1988). *A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico*. São Paulo: USP. (Mestrado em Geografia humana).
- _____. (2004). “O ensino de geografia no Brasil: uma perspectiva histórica”. In: VESENTINI, J.W. (org). *O ensino de geografia no século XXI*. Campinas: Papirus.